

EDITORIAL

Prezados Leitores e Colaboradores! É com imensa satisfação que apresentamos mais um periódico da Revista “Ponto de Vista Jurídico”, sendo nossa 8ª. edição da revista e a primeira do ano de 2017. Esta revista está buscando sua consolidação e vem recebendo muitos artigos de grande qualidade.

Nesta edição inicia-se com a doutoranda Mariana Faria Filard e Marcius Carvalho Filard de Souza, que fazem uma leitura sobre “*A crise hídrica no século XXI*”. Diante deste fato, os autores buscam uma forma em que a legislação seja alterada, bem como que venham a ser desenvolvidas políticas públicas para um modelo sustentável da água.

Em seguida a Professora doutoranda Dheimy Quelem Waltrich¹, em seu artigo “*Sustentabilidade ameaçada: a constituição e o déficit procedimental de suas normas e princípios*”, tendo como foco a sustentabilidade.

A coordenadora do curso de direito da Uniarp Professora doutoranda Jociane Machiavelli Oufella junto do bacharel Andrei Pasqualotti, abordam “*As garantias constitucionais da privacidade e liberdade de Expressão no marco civil da internet*”, no Brasil.

Já os autores Lucas Phelipe Rocha Silva, Flávio Schlickmann e Rafaela Borgo Koch Schlickmann tem como tema “*O tempo como pena processual e como barreira à ressocialização do infrator*”, onde buscam como pode o preso ser ressocializado na sociedade.

A Profa. Patrícia Pasqualini Philippi com seu artigo “*O direito transnacional ambiental e sua aplicação pelos tribunais nacionais*”, tema este muito atual, pois os danos ao meio ambiente, que se dá em um território, podem afetar outro país e diante destes fatos os tribunais devem se pronunciar.

No artigo “*Grades que calam: a inobservância das particularidades de gênero no submundo do cárcere feminino*”, de Simone Taiet e Ricardo Emilio Zart, vem a tratar dos presídios femininos no Brasil, como é a execução penal nos processos onde as mulheres do Brasil são partes.

Ainda os autores Loren Tazioli Engelbrecht Zantut, Gabriel de Araújo Sandri e Alice Francisco da Cruz Sales, no artigo “*Aplicação por analogia da in sfr nº 228/02 para liberação de mercadoria retida em razão do procedimento fiscal da in rfb nº 1.169/11, à luz da jurisprudência*”, tratam dos procedimentos que a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRF) adota quando uma mercadoria é importada para o Brasil.

Por fim, temos o artigo “*Aborto de bebês anencefálicos: direito à vida do feto anencefálico x direito à liberdade de escolha da mulher*”, da Profa. Ivonete Moreira e da acadêmica Ivana Coldebella, vem a confrontar o direito à vida com o direito de escolha da genitora.

Agradecemos aos autores desta universidade e bem como os autores das demais universidades

que confiaram seus artigos a esta revista e desejamos a todos uma ótima leitura.

Prof. Msc. Levi Hulse
Editor